

O trade-off entre distribuição de renda e capacidade de investimento no ente público governamental: o fluxo de caixa livre

Matheus Ferreira Oliveira (FEA-RP/USP) - mfoliveira@fearp.usp.br

Carlos Alberto Grespan Bonacim (FEA - USP) - carlosbonacim@yahoo.com.br

Resumo:

O objetivo deste estudo foi o de descrever como as informações provenientes da contabilidade pública podem ser utilizadas na formação de uma medida do quanto pode ser distribuído / devolvido pelo Estado aos cidadãos sem comprometer a capacidade de investimentos em infra-estrutura: o Fluxo de Caixa Livre para a Sociedade (FCLS). Além disso, é intenção refletir para a futura formação de uma medida que possibilite aos gestores públicos evidenciar o quanto pode ser distribuído (capital), pelo Estado, à sociedade para fins de combate à desigualdade social, sem afetar a capacidade do Estado em realizar investimentos em infraestrutura. Para a validação do construto FCLS e análise dos dados, aplicou-se uma metodologia “econométrica” / estatística de teste de quebra estrutural (teste de Chow) nas séries históricas (no período 1998 a 2008) dos dados de finanças públicas dos municípios paulistas, com objetivo de verificar se existe alguma mudança de comportamento na série temporal num dado instante de tempo. Os resultados obtidos sugerem evidências significativas de que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) afetou de maneira positiva o Fluxo de Caixa Disponível para a Sociedade, ou seja, proporcionou ao Estado um maior potencial de distribuição de renda sem o comprometimento da capacidade de realizar os investimentos em infraestrutura – sinalizando uma melhoria na qualidade do gasto público.

Palavras-chave: : *Investimento. Fluxo de caixa. Gasto público*

Área temática: *Gestão de Custos no Setor Governamental*

O *trade-off* entre distribuição de renda e capacidade de investimento no ente público governamental: o fluxo de caixa livre

Resumo

O objetivo deste estudo foi o de descrever como as informações provenientes da contabilidade pública podem ser utilizadas na formação de uma medida do quanto pode ser distribuído / devolvido pelo Estado aos cidadãos sem comprometer a capacidade de investimentos em infra-estrutura: o Fluxo de Caixa Livre para a Sociedade (FCLS). Além disso, é intenção refletir para a futura formação de uma medida que possibilite aos gestores públicos evidenciar o quanto pode ser distribuído (capital), pelo Estado, à sociedade para fins de combate à desigualdade social, sem afetar a capacidade do Estado em realizar investimentos em infraestrutura. Para a validação do construto FCLS e análise dos dados, aplicou-se uma metodologia “econométrica” / estatística de teste de quebra estrutural (teste de Chow) nas séries históricas (no período 1998 a 2008) dos dados de finanças públicas dos municípios paulistas, com objetivo de verificar se existe alguma mudança de comportamento na série temporal num dado instante de tempo. Os resultados obtidos sugerem evidências significativas de que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) afetou de maneira positiva o Fluxo de Caixa Disponível para a Sociedade, ou seja, proporcionou ao Estado um maior potencial de distribuição de renda sem o comprometimento da capacidade de realizar os investimentos em infraestrutura – sinalizando uma melhoria na qualidade do gasto público.

Palavras-chave: Investimento. Fluxo de caixa. Gasto público.

Área Temática: 11. Gestão de Custos no Setor Governamental

1 Introdução

Desde a década de 90, a gestão pública no Brasil está passando por grandes mudanças incentivadas por reivindicações sociais que pedem maior eficiência, transparência e eficácia na aplicação dos recursos públicos. A força da sociedade como agente de mudança, emerge da superação de um regime militar e foi construída ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia, cujo marco formal é a Constituição Brasileira de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, incluiu mecanismos de democracia direta e participativa.

Entre eles, o estabelecimento de Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, com representação paritária do Estado e da sociedade civil, destinados a formular políticas sobre questões como saúde, crianças (e adolescentes), assistência social, etc. Essas transformações impulsionam o Estado brasileiro e as entidades públicas a preocuparem-se com novos mecanismos de gestão, voltados principalmente à implementação de processos de melhoria contínua, planejamento, avaliação e prestação de contas dos gastos e das atividades desenvolvidas.

A crença de que a melhoria das condições sociais do país passa pela participação ativa da sociedade civil, nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas, determinou o desenvolvimento desta pesquisa que visa contribuir com uma visão mais integrativa do ente pública e de seu relacionamento com o cidadão. Desta maneira, os cidadãos (contribuintes) que disponibilizam os recursos para o Estado podem ser equiparados aos proprietários ou acionistas das empresas privadas.

Assim, a sociedade pode cobrar das entidades públicas governamentais uma atuação mais parecida com a de organizações privadas e exigir, como eles, eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O presente estudo procura acompanhar o que existe na gestão contemporânea de empresas, efetuando a devida adequação às condições da contabilidade governamental. Nesse contexto é que se justifica a adaptação da teoria de dividendos com a finalidade de servir como ferramenta para a gestão dos recursos confiados pela sociedade ao Estado. Mais especificamente, este trabalho adotou o modelo conceitual de mensuração do Fluxo de Caixa Livre do Acionista, que possui os seguintes pressupostos: o cidadão compõe o corpo contribuinte das fontes de recursos para a manutenção da entidade pública; e o Estado tem como missão a prestação de serviços para o desenvolvimento e o bem-estar social da coletividade.

1.1 Antecedentes do Problema

Uma linha de pensamento que tem dominado o foco dos estudos é a do crescimento econômico. Alguns estudos demonstram evidências de que a desigualdade da distribuição da renda está inversamente associada com o crescimento econômico. Há um movimento no sentido de diminuir a desigualdade da distribuição da renda no país sob a justificativa de retomada (ou sustentação) do desenvolvimento (BONELLI e RAMOS, 1992).

Assim, os gastos governamentais têm um impacto, maior ou menor, sobre a distribuição da renda e crescimento: política fiscal, previdência social, política de crédito, educacional, reforma agrária etc (ASCAHUER, 1989), (BARRO, 1990) e (CASHIN, 1995). Atualmente há instrumentos que podem proporcionar uma fiscalização mais efetiva dos usos da verba pública. Há uma legislação que dá meios de se obter todos os dados necessários e prevê punições severas aos maus administradores. Há órgãos fiscalizadores em nível municipal, estadual e federal, além do Ministério Público que pode ser acionado pelo cidadão.

Por sua vez, as discussões sobre o *tradeoff* entre distribuição de renda e capacidade de investimento no Estado já vêm de longa data. Em Ciências Econômicas, Kuznets (1955), Barro (1990), Anand e Kanbur (1993) e Sylvester (2000) abordaram este objeto de estudo, sobretudo no que se refere a da distribuição da renda e crescimento econômico. Nas ciências sociais, destaque para os estudos Santos (1987), Gilbert (1995), Van Parijs (1995) e Cohen (2001) enfatizam questões relacionadas como os efeitos distributivos das políticas públicas e a necessidade do combate à desigualdade social.

Entre os órgãos externos de fiscalização, os mais tradicionais são os Tribunais de Contas. No Brasil o Tribunal de Contas Federal foi criado em 1890. E, até meados do século vinte, todos os estados e alguns municípios já tinham criado os seus tribunais. Esses tribunais têm sido muito questionados pela forma de nomeação de seus dirigentes, indicados pelos poderes executivos e legislativos, e também pela forma burocrática com que agem, se atendo mais à forma do que à essência.

Assim, pretende-se contribuir com o desenvolvimento da literatura na área de gestão pública, especialmente na contabilidade pública / governamental, refletindo sobre o desempenho econômico dessas entidades, campo fértil para realização de pesquisas e valorização da gestão pública como fator primordial para o desenvolvimento de nosso país.

1.2 Justificativa da Pesquisa

O Estado brasileiro enquanto instituição e o gasto social como política pública, passaram por profundas transformações trazidas tanto pelos compromissos assumidos com a redemocratização quanto (e fundamentalmente) com a carta constitucional de 1988. Uma dessas mudanças refere-se à ampliação do papel dos governos subnacionais no gasto social, preenchendo o vazio deixado pelo governo federal.

Contudo, os resultados desse processo de redistribuição das receitas entre os entes federativos (que se traduziram, inicialmente, em perdas substanciais para a União), somados

ao aprofundamento da crise fiscal e financeira do Estado – que tornava iminente a eclosão de uma hiperinflação e exigia a realização de ajuste fiscal para viabilizar a adoção de programa de estabilização da economia.

Nesse contexto, justificava-se um processo de descentralização de gastos na área social, impulsionado pela redução das transferências federais negociadas para estados e municípios e pelo fortalecimento de sua capacidade de geração própria de receitas destes entes. Além disso, estabilidade da economia brasileira alcançada com a implementação do Plano Real (1994) expôs a realidade das finanças públicas no Brasil, desvelou suas reais dificuldades, e tornou ainda mais urgente e indispensável a realização de seu ajuste como condição fundamental para o êxito do programa de estabilização.

Nesse contexto, 14 anos após a implementação do Plano Real, a agenda de discussão governamental ainda persiste nas dificuldades para a manutenção dos níveis de oferta dos gastos sociais, em uma necessidade de maiores preocupações com a obtenção de eficiência em sua gestão pública.

Essa busca pelo equilíbrio das contas públicas tem levado a adoção de políticas de maior contenção dos gastos públicos, além de medidas que afetam tanto o volume quanto a redistribuição de recursos entre as esferas governamentais: por exemplo, à criação do IPMF/CPMF e do Fundo Social de Emergência (FSE) em 1994 - muito criticados pela opinião pública. Por isso, devem-se empenhar esforços para desenvolver pesquisas sobre a avaliação da natureza do gasto público, dos impactos das políticas de redistribuição de renda na capacidade de investimentos em infra-estrutura – sabidamente fundamentais ao desenvolvimento da economia do país. Essas constituem as justificativas para a realização de um estudo, com enfoque na mensuração do quanto (em Reais) pode ser distribuído / devolvido pelo Estado aos cidadãos sem comprometer a capacidade de investimentos em infra-estrutura / desenvolvimento.

Cabe ainda aos gestores prestar contas ao governo e à sociedade sobre a utilização dos recursos públicos. As informações dos gastos públicos, obtidas na contabilidade governamental, associadas aos indicadores de produção e aos relatórios financeiros são importantes no planejamento e na tomada de decisão. Constituem, portanto, instrumentos de gestão para a superação dos desafios impostos pela atualidade. Naturalmente, discussões sobre dos impactos das políticas de redistribuição de renda na capacidade de investimentos em infra-estrutura já vêm de longa data. Mas pretende-se contribuir com o desenvolvimento da literatura na área de gestão pública, sob uma abordagem adaptada de ferramentas consagradas no meio empresarial.

1.3 Formulação do Problema de Pesquisa

Depois de refletir sobre o *tradeoff* entre políticas de investimento e distribuição, percebe-se a necessidade de investigação do problema de pesquisa. Verificar-se, portanto, a aproximação da gestão pública e da gestão privada, pois, o setor privado, por força da concorrência, evoluiu muito em relação às metodologias de avaliação do desempenho, métricas e ferramentas de gestão, enquanto a gestão pública, em algumas áreas, fez o caminho inverso; muitas vezes por questões políticas, não existe interesse em demonstrar o desempenho.

Cabe então à sociedade cobrar do governo esta eficiência e transparência em sua gestão. E a academia tem muito a contribuir, especialmente trazendo ferramentas de avaliação de resultado e eficiência (desempenho) que aproxime a gestão pública da sociedade. Assim, o problema de pesquisa pode ser assim colocado: **as informações provenientes da contabilidade governamental podem ser utilizadas na formação de uma medida do quanto pode ser distribuído / devolvido pelo Estado aos cidadãos sem comprometer a capacidade de investimentos em infraestrutura?**

1.4 Objetivo da Pesquisa

O objetivo geral deste trabalho é, baseando-se na bibliografia sobre o tema e na prática de algumas entidades, **descrever como as informações provenientes da contabilidade pública podem ser utilizadas na formação de uma medida do quanto pode ser distribuído / devolvido pelo Estado aos cidadãos sem comprometer a capacidade de investimentos em infraestrutura.**

Assim, a avaliação da eficiência na alocação dos recursos escassos (qualidade do gasto governamental) também passou a ser importante em termos de prestação de contas (*accountability*). Corroborando com Slomski (1996) e Slomski (1999), torna-se fundamental a mudança na forma de apresentação dos resultados das entidades públicas para a sociedade e para o próprio governo.

É importante perceber o quanto do investimento público é devolvido para a sociedade, e mais ainda, é fundamental perceber os impactos das políticas de distribuição de renda na capacidade de crescimento / desenvolvimento do país, tal qual serviço privado.

Como objetivos específicos esperam-se: (i) contextualizar os efeitos das políticas públicas de distribuição de renda no bem-estar dos cidadãos; (ii) contextualizar os efeitos das políticas públicas de investimento em infraestrutura no bem-estar dos cidadãos; e (iii) verificar a relevância das informações de contabilidade governamental nessa discussão.

2 Plataforma Teórica

Nesse tópico será realizada uma compilação da literatura relevante sobre o tema em discussão, abordando pesquisas relacionadas ao crescimento econômico/distribuição de renda e a figura do dividendo social, desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento – em especial nas finanças públicas e economia.

A seguir a revisão da literatura procura discutir o *trade-off* entre crescimento e distribuição de dividendos, difundido no meio empresarial, como forma de justificar a mensuração do Fluxo de Caixa Livre do Acionista.

Assim, pretende-se apresentar um novo olhar para as discussões envolvendo a capacidade de investimento em infra-estrutura e distribuição de renda, a partir do estabelecimento de um novo construto: o “Fluxo de Caixa Livre para a Sociedade (FCLS)”.

2.1 Crescimento econômico e distribuição de renda

A literatura encontrada sobre esse tema relacionada no Brasil é mais direcionada para o estudo da pobreza e da desigualdade social. Diversos debates e discussões são realizados para entender esses fenômenos que são tão intensos no país.

Uma linha de pensamento que tem dominado o foco dos estudos é a do crescimento econômico. Alguns estudos demonstram evidências de que a desigualdade da distribuição da renda está inversamente associada com o crescimento econômico. Há um movimento no sentido de diminuir a desigualdade da distribuição da renda no país sob a justificativa de retomada (ou sustentação) do desenvolvimento (BONELLI e RAMOS, 1992). No período do “milagre econômico” houve, no Brasil, crescimento econômico acompanhado por aumento na desigualdade da distribuição da renda, conforme Hoffmann, (1973). Além disso, estudos recentes também exploram efeitos dos gastos públicos sobre o crescimento econômico e a produtividade (FERREIRA; ELLERY, 1996) e (DEVARAJAN; SWAROOP; ZOU, 1996).

Por fim, ressaltam-se outros trabalhos relacionados a esta temática buscam evidenciar as principais variáveis na escolha das políticas econômicas assumidas pelo Estado e propõe os chamados modelos “*new-growth*”, relacionados com a teoria de mercados de capitais imperfeitos, e que fazem alusão a importância do investimento em capital humano (AGHION e BOLTON, 1992).

2.2 Dividendo Social

O economista holandês Walter E. Van Trier, da Universitaire Faculteiten St.-Ignatius, pesquisou as origens do conceito de dividendo social e encontrou considerável variedade de literatura relacionada com o debate sobre a renda básica. Trata-se da renda mínima e do imposto de renda negativo (FRIEDMAN, 1962). Em tese, as discussões a respeito dos programas de renda mínima sustentam a idéia de que estes projetos possuem mecanismos que não interferem nos aspectos alocacionais do mercado e apresentam flexibilidade para acomodar as transformações pelas quais a sociedade passa e preservam a dignidade humana, já que oferecem condições para a superação das necessidades básicas.

No Brasil, os primeiros estudos associados a projetos de renda mínima (ou imposto de renda negativo) foram os de Silveira (1975), Bacha e Unger (1978) e Suplicy e Buarque (1997). No entanto, não se observa uma preocupação a cerca da mensuração do valor que pode ser distribuído (ou devolvido) à sociedade sem comprometer a capacidade de investimentos em infraestrutura, fundamental ao desenvolvimento foco deste estudo.

2.3 A distribuição de dividendos no meio empresarial

Em 1961 Modigliani e Miller apresentaram um estudo que se tornaria a base para toda a discussão sobre as políticas de distribuição dos dividendos. Em “*Dividend policy, growth, and the valuation of shares*”, os autores defenderam a idéia de que, se uma empresa possui uma estrutura ótima de investimento, nenhuma política de dividendos pode aumentar ou reduzir a riqueza dos acionistas.

O Quadro 1 sintetiza as considerações das três principais correntes teóricas sobre distribuição de dividendos no meio empresarial:

Quadro 1 – Síntese das correntes teóricas sobre distribuição de dividendos no meio empresarial

Correntes Teóricas		
A irrelevância dos dividendos	Os dividendos são bons	Os dividendos são ruins
O valor da empresa depende da obtenção de lucros e não da forma como esses lucros serão futuramente distribuídos: o que torna irrelevante a forma e o valor da distribuição dos dividendos.	A distribuição de resultados por meio dos dividendos tem a capacidade de elevar o valor das ações. Os autores descobriram que as pessoas mais idosas, pessoas não muito bem empregadas, mulheres e pequenas famílias preferem o recebimento de dividendos em dinheiro ao invés de aguardar a valorização dos seus papéis.	A distribuição de dividendos deveria ocorrer apenas quando uma entidade não possui mais demandas e/ou alternativas viáveis – do ponto de vista econômico e considerando custo de oportunidade - de investimento; e representa e sinaliza ao mercado que a entidade não possui oportunidades interessantes ou necessidades de investimento. Assim, prefere devolver o capital aos sócios.
Principais autores Modigliani e Miller (1961) e Miller e Scholes (1978)	Principais autores Graham et al. (1962), Gordon (1963) Pettit (1977) e Lewellen et al (1978)	Principais autores Litzenberger e Ramaswamy (1979)

Na seqüência, Lewellen et al. (1978) também buscando verificar o efeito clientela na prática, obtiveram resultados parecidos com os de Pettit (1977). Os autores descobriram que as pessoas mais idosas, pessoas não muito bem empregadas, mulheres e pequenas famílias preferem o recebimento de dividendos em dinheiro ao invés de aguardar a valorização dos seus papéis.

Mais recentemente, Knowles e Petty (1992), Collins e Kemsley (2000), Ayers et al. (2004), Cheng (2005), Martinez (2008) e Saito et al. (2008) estudaram a relação dos dividendos na riqueza dos acionistas. Assim, a teoria de que os dividendos são bons passou a se sustentar na relação de clientela dos acionistas, sobretudo, para acionistas em condições menos favorecidas.

2.3.1 O Fluxo de Caixa Livre do Acionista

Neste caso o valor da empresa será o valor atual do fluxo de caixa do acionista e não da empresa. Para tanto, considera-se fluxo de caixa ao acionista uma medida daquilo que a empresa pode pagar como dividendo. Esse fluxo de caixa poderá ser assim obtido:

Lucro Líquido
(+) Depreciação
(-) Despesas de capital
(-) Principal pago
(+) Novas dívidas contraídas
(=) **Fluxo de Caixa Livre do Acionista**

Apurado da forma acima o fluxo de caixa livre do acionista representa segundo Damodaran (1999) aquilo que a empresa pode pagar como dividendo. Trata-se do excesso de caixa que pode ser retornado ao acionista ao final de um período, pois já foram cobertos todos os custos e despesas e também atendidas todas as necessidades de reinvestimento.

Os investimentos necessários em capital fixo (máquinas, equipamentos) são considerados como despesas de capital. Nessa lógica, empresas em ciclos de alto crescimento costumam apresentar grandes necessidades de despesas de capital.

Mudanças na relação de dívidas (passivo) e capital próprio (patrimônio líquido) também influenciam o FCLA: por exemplo, quando uma empresa decide reduzir seu endividamento – pagando parte o todo do principal de uma dívida – a empresa estará efetivamente diminuindo o fluxo de caixa livre aos acionistas.

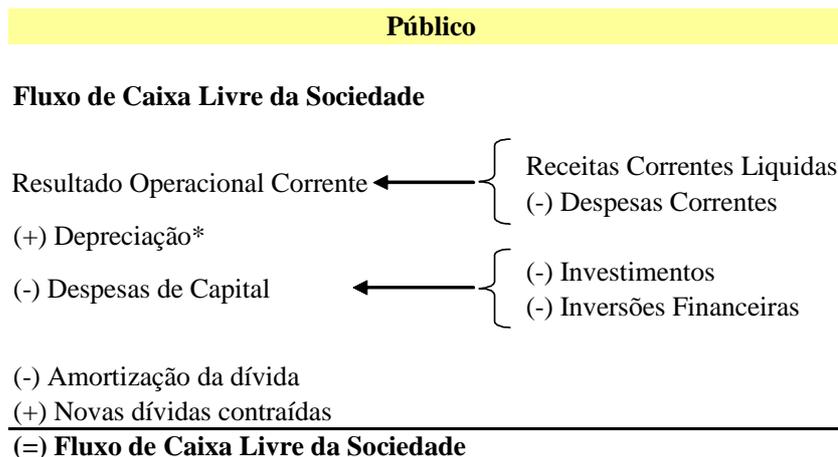
2.4 O Constructo “Fluxo de Caixa Livre para a Sociedade (FCLS)”

Adotou-se como referencial teórico de análise o modelo conceitual de mensuração do fluxo de caixa livre ao acionista de Damodaran (1999) por acreditar que é relevante tratar o tema “fluxo de caixa”, considerando os aspectos contemporâneos da gestão pública brasileira, visto que a agenda democrática nacional tem reivindicado novos direitos sociais e políticos, participação social, transparência, *accountability* e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Percebeu-se que o conceito de Fluxo de Caixa Livre ao Acionista, inicialmente desenvolvido para atender a necessidade dos acionistas em acompanharem o *tradeoff* entre distribuição de recursos e capacidade de reinvestimentos, pode ser adaptado para focar a necessidade da sociedade em acompanhar a relação entre políticas de distribuição de renda (devolução de capital ao cidadão) e de investimento em infraestrutura. Desta forma, verificou-se a possibilidade de aplicação desse modelo empresarial em políticas públicas, o que possibilita o desenvolvimento do constructo “Fluxo de Caixa Livre da Sociedade”.

Dentre as contribuições esperadas no trabalho destacam-se as seguintes:

- A contextualização das discussões (*tradeoff*, mais especificamente) entre distribuição de dividendos e capacidade de reinvestimento/crescimento no setor privado e, estabelecer um paralelo entre distribuição de renda e capacidade de reinvestimento/desenvolvimento no setor público (Estado);
- O processo de mensuração do Fluxo de Caixa Livre ao Acionista pode ser considerado adaptável à mudança do objeto de foco (acionista para sociedade), mantendo-se suas aplicações iniciais; e
- O desenvolvimento da medida/constructo “Fluxo de Caixa Livre da Sociedade”, (FCLS) destinadas à mensuração do valor que pode ser distribuído à sociedade sem comprometer a capacidade de investimentos em infra-estrutura, fundamental ao desenvolvimento.



* Normalmente não mensurada, portanto estorno facultativo.

Figura 1 – Fluxo de Caixa Livre da Sociedade

3 Aspectos Metodológicos

O presente estudo faz uso da pesquisa conclusiva causal longitudinal, pois segundo o autor, um estudo longitudinal trabalha com quadros que dão uma visão em profundidade da situação e principalmente das mudanças que ocorrem com o passar do tempo.

Esta pesquisa também pode ser classificada como descritiva e quantitativa. Descritiva devido ao objetivo da pesquisa, fazer a descrição, ou análise dos dados de contabilidade governamental e de indicadores de qualidade de vida obtidos. Quantitativa, devido à abordagem do problema, uma vez que os recursos utilizados para análise dos dados constituem-se em métodos estatísticos. (MARTINS e THEÓPHILO, 2007).

3.1 Estratégia de Pesquisa

A consecução do objetivo de uma pesquisa estabelecido pede uma discussão acerca dos aspectos técnicos da pesquisa, sob a perspectiva do designe (no sentido de delineamento: planejamento rígido das pesquisas): as estratégias de pesquisa (MARTINS e THEÓPHILO, 2007). Este estudo recorre ao uso da diferentes estratégias de pesquisa. Assim, utiliza-se a Pesquisa Bibliográfica por representar uma estratégia de pesquisa necessária a qualquer pesquisa científica, pois procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em periódicos, livros, anais, etc. Trata-se de um excelente meio de formação científica, quando realizada de forma independente: análise teórica, e a construção da plataforma teórica de um estudo.

Além disso, a parte prática do trabalho tem como objetivo de, também, ajudar a responder ao problema de pesquisa por meio da análise das políticas públicas de distribuição de renda e investimentos em infra-estrutura, por meio das informações de contabilidade governamental e de dados do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), da Fundação Seade, nas dimensões: Riqueza, Longevidade e Escolaridade.

Nesse momento, realizou-se uma Pesquisa Documental. Esta modalidade tem semelhanças com a bibliográfica, mas a principal diferença reside na natureza das fontes: a bibliográfica utiliza fontes secundárias (publicações) e a documental, fontes primárias (materiais compilados pelo próprio pesquisador). Também, fez-se o uso da modalidade de estratégia de Pesquisa Quase-Experimental, recomendada em situações em que não é viável a distribuição aleatória das unidades pelas condições de estudo, permite análises entre as causas e efeitos sobre o fenômeno investigado – embora não se tenha total controle sobre as principais variáveis do estudo.

3.2 Coleta de dados: métodos e instrumentos

A coleta de dados foi realizada por meio de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias tratadas: dados contábeis de receitas e gastos governamentais (despesas e investimentos), obtidos a partir do site da Secretaria do Tesouro Nacional (banco de dados Finanças Brasil - FINBRA), conforme Martins e Theóphilo (2007).

Com relação às fontes ditas secundárias, foram revisados estudos e pesquisas para dar suporte ao tema, dentre eles: artigos publicados em periódicos (nacionais e internacionais), teses, dissertações, publicações de órgãos governamentais relacionadas ao tema, livros etc.

Foram coletados os dados de contabilidade governamental no período de 1º de janeiro de 1998 a 31 de dezembro de 2008. A base de dados construída possuiu as seguintes restrições: a) definição de “gastos sociais” representa uma construção do autor, uma vez que não existe consenso na literatura; e b) serão consideradas como investimentos governamentais as inversões financeiras, isso devido ao fato de que esta separação só tem sentido para fins de mensuração do Produto Interno Bruto (PIB) – tecnicamente são equivalentes.

Os dados foram tratados pelo programa MS Excel[®], base para a utilização de métodos estatísticos via programa E-Views[®], discutido no próximo tópico.

3.4 Análise dos Dados

Para a análise dos dados, foi aplicada uma metodologia “econométrica” / estatística de teste de quebra estrutural nas séries históricas dos dados (de contabilidade governamental e IPRS), com objetivo é verificar se existe alguma mudança de comportamento na série temporal num dado instante de tempo. Para se testar a quebra estrutural em séries de tempo, aplicou-se o teste de Chow, por meio de sua estatística F e seu p-valor (*p-value*), de interpretação direta, ou seja, a probabilidade de rejeitar a hipótese nula de que a série não apresenta quebra estrutural. Os níveis de confiança definidos serão de 90, 95 e 99%.

Vale ressaltar que, o teste de Chow visa verificar a estabilidade dos parâmetros de modelos de regressão. Porém, para o caso de se analisar uma série contendo somente uma variável, nesta pesquisa o FCLS, optou-se por utilizar os modelos de regressão univariados de séries de tempo, tais como os modelos Autototregressivos (AR(1)), Médias Móveis (MA(1) e Autorregressivo e Médias Móveis (ARMA(1,1)).

3.4.1 Modelos de Séries Temporais

Para as séries temporais univariadas, como é o caso das séries de IDH-M, os modelos mais utilizados na literatura são os modelos auto-regressivos (AR), introduzidos por Yule em 1926, os modelos de médias móveis (MA) desenvolvidos por volta de 1937 e modelos Autorregressivos e Médias Móveis (ARMA) desenvolvido por Box e Jenkins em 1970.

3.4.2 Teste de estabilidade estrutural de Chow

Quando empregamos um modelo de regressão que envolve o uso de séries temporais, pode acontecer que se verifique uma mudança estrutural na relação entre o regressante Y e os regressores. Por mudança estrutural entendemos que os valores dos parâmetros do modelo não se mantêm iguais durante todo o período considerado.

Conforme já descrito, o teste mais utilizado para verificar a existência ou não de quebras estruturais é o teste de estabilidade de Chow proposto por Gregory Chow na década de 60 - Chow (1960). O objetivo do teste de Chow é analisar as equações, separadamente, para cada sub-amostra e identificar a existência de diferenças significativas nos parâmetros das equações estimadas. A presença de diferenças estatisticamente significativas indica mudança nos parâmetros, ou seja, nova relação entre a variável dependente e a independente, induzida pelas políticas de distribuição de renda.

A preparação dos dados para a aplicação do teste pressupõe que se divida a amostra em duas ou mais sub-amostras. A amostra I refere-se aos dados antes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a amostra II são os dados após a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a amostra III refere-se a todos os dados.

Vale ressaltar que cada um deve conter mais observações que o número de coeficientes da equação. Assim são estimados os parâmetros de três modelos, para cada amostra descrita, dado pelas expressões:

Amostra I (antes da distribuição de renda)

$$Y_t = \phi_1 Y_{t-1} + \varepsilon_t - \theta_1 \varepsilon_{t-1} + e_t \quad (4)$$

Amostra II (após a distribuição de renda)

$$Y_t = \phi_2 Y_{t-1} + \varepsilon_t - \theta_2 \varepsilon_{t-1} + e_t \quad (5)$$

Amostra III (toda a amostra)

$$Y_t = \phi_3 Y_{t-1} + \varepsilon_t - \theta_3 \varepsilon_{t-1} + e_t \quad (6)$$

Feito isto, compara-se a soma dos resíduos ao quadrado da amostra inteira, com a soma obtida em cada uma das sub-amostras.

A estatística F usada nesse teste baseia-se na comparação da SQR (soma dos quadrados dos resíduos) da amostra III (amostra inteira) com a SQR das amostras I e II (sub-amostras). De posse dos resultados destas estatísticas, deixa-se de rejeitar ou rejeita-se a hipótese nula aos níveis de significância de 1, 5 e 10%.

As hipóteses propostas no teste de Chow são:

H₀: Não existe quebra estrutural: ou seja, os parâmetros das equações são iguais para as diferentes sub-amostras. (O que indica que os valores dos FCLS não se modificaram após a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)).

H₁: Existe quebra estrutural: ou seja, os parâmetros das equações são diferentes para as diferentes subamostras. (O que indica que os valores dos FCLS se modificaram após a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)).

Portanto, para aplicação do teste de Chow serão consideradas as observações anteriores e posteriores ao evento, mas traçando como limite os eventos vizinhos. Esse procedimento tem como intuito evitar que se cometa o erro do tipo I, que é rejeitar a hipótese nula, quando ela é verdadeira, por incluir eventos na amostra.

4 Resultados da Pesquisa

Este tópico aplica os conceitos discutidos (na revisão bibliográfica) aos municípios paulistas, objeto de estudo neste artigo. Demonstra-se o cálculo do Fluxo de Caixa Livre para a Sociedade (FCLS) para o período de 1998 a 2008 e analisam-se os resultados encontrados.

Para calcular FCLS, foram observados todos os pontos discutidos na revisão bibliográfica deste trabalho. Conforme sugerido na revisão bibliográfica, o cálculo do FCLS deverá ser obtido pela relação (fórmula) apresentada no tópico 2.4 deste trabalho. Entretanto, a componente depreciação não pode ser observada nos dados de contabilidade governamental dos municípios paulistas.

Assim, procedeu-se a mensuração do FCLS aos 644 municípios do Estado de São Paulo, conforme base do Finbra do ano de 2008. Porém, alguns ajustes fizeram-se necessários para organização dos dados, dentre os quais:

(i) padronização da própria base de dados do Finbra, no Excel, para fins de consistência dos dados: a base de dados do Finbra não segue um padrão de estrutura para os municípios; por exemplo, se em um determinado ano um município não disponibiliza seus dados contábeis, ele é excluído da base de dados daquele ano;

(ii) agrupamento dos municípios por região administrativa: a base de dados organiza os dados dos municípios em ordem alfabética e não realiza qualquer segmentação por região administrativa; contudo, para a condução deste estudo foi importante a categorização dos municípios por região administrativa, seguindo a estrutura da base de dados da Fundação SEADE.

A Tabela 1, apresentada no Anexo A deste artigo, sintetiza o cálculo do Fluxo de Caixa Livre para a Sociedade (FCLS) dos Municípios Paulistas de 1998 a 2008 (valores médios por região administrativa).

Acompanhando a Tabela 1, pode-se verificar uma mudança na estrutura do FCLS a partir de 2000, ano de implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Nesse caso, houve uma aparente modificação nos valores dos FCLS médios dos municípios paulistas. Antes de 2000, no geral eram negativos, indicando que o Estado não possuía “caixa” disponível (com gastos superiores as arrecadações), portanto, não poderia implementar atividades de distribuição de renda com vistas ao combate às desigualdades sociais e/ou regionais.

Após o ano de 2000 (especialmente após o ano de 2003), os FCLS se tornaram, no geral, positivos: sinalizando possibilidades concretas de expansão das atividades de distribuição de renda e políticas públicas com intuito de dirimir desigualdades sociais e/ou regionais. Portanto, existe uma aparente (sensível) diferença entre os valores apontados pelo FCLS antes e após a LRF. Com a justificativa de aumentar a confiabilidade (em termos analíticos) dos resultados, investigou-se se a diferença entre os valores dos FCLS era estatisticamente significativa.

Para tanto, recorreu-se ao teste de quebra estrutural (Teste Chow) previamente apresentado no tópico de aspectos metodológicos deste estudo, conforme a Tabela 2.

Acompanhado a Tabela 2, nota-se que, a partir da condição (verificada no Eviews[®]) de que essas amostras (FCLS para os anos de 1998 a 2008) não apresentaram quebras (modificações) estatisticamente significativas, nem ao nível de significância de 10% (com possibilidade de 90% de confiança). Uma importante limitação pode justificar os resultados: o teste de quebra estrutural pede o uso de 20 períodos, conforme verificado na literatura: a base de dados está sendo ajustada para os outros períodos (MORETTIM e TOLOI, 2004).

Tabela 2 - Resultados dos Testes de Quebra Estrutural (Teste Chow)

Regiões Administrativas do Estado de São Paulo	Estatística F	p-valor	Razão Verossimilhança	p-valor
Araçatuba	0,064	0,811	0,089	0,766
Barretos	0,063	0,811	0,088	0,767
Bauru	0,020	0,892	0,029	0,866
Campinas	0,263	0,630	0,359	0,549
Central	0,579	0,481	0,767	0,381
Franca	0,843	0,401	1,090	0,296
Marília	0,001	0,974	0,002	0,967
Presidente Prudente	2,905	0,149	3,206	0,073
Registro	0,180	0,689	0,247	0,619
Ribeirão Preto	0,001	0,979	0,001	0,973
Santos	0,048	0,836	0,066	0,797
São José do Rio Preto	0,077	0,793	0,107	0,744
São José dos Campos	0,000	0,985	0,001	0,981
Sorocaba	0,075	0,795	0,105	0,746
Região Metropolitana de SP	0,236	0,647	0,323	0,570

Fonte: dados da pesquisa

Aplicando-se o teste de quebra estrutural (Teste Chow) utilizando uma variável *dummy* para ajuste no modelo, tendo como parâmetros 0 para antes do ano de 2000 e 1 para após 2001, tem-se uma melhoria na sensibilidade do modelo (p-valor), sendo que houve quebra nas regiões administrativas de Bauru, Presidente Prudente e Sorocaba, porém todos apenas ao nível de significância de 10%.

Tabela 3 - resultados dos Testes de Quebra Estrutural com variável *Dummy* (Teste Chow)

Regiões Administrativas do Estado de São Paulo	Coefficiente	p-valor
Araçatuba	767.543	0,141
Barretos	1.248.637	0,134
Bauru	1.907.320	0,096
Campinas	4.263.185	0,164
Central	1.020.479	0,145
Franca	1.789.755	0,148
Marília	811.782	0,195
Presidente Prudente	982.076	0,036
Registro	612.319	0,124
Ribeirão Preto	2.623.729	0,180
Santos	5.294.976	0,554
São José do Rio Preto	787.027	0,112
São José dos Campos	2.376.172	0,287
Sorocaba	1.819.914	0,093
Região Metropolitana de SP	49.200.737	0,340

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados obtidos sugerem evidências significativas de que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) afetou de maneira positiva o Fluxo de Caixa Disponível para a Sociedade, ou seja, proporcionou ao Estado um maior potencial de distribuição de renda sem o comprometimento da capacidade de realizar os investimentos em infraestrutura, evidenciando um ajuste do gasto público.

5 Considerações Finais, Limitações e Contribuições da Pesquisa

O objetivo geral deste trabalho foi, baseando-se na bibliografia sobre o tema e na prática de algumas entidades, descrever como as informações provenientes da contabilidade pública podem ser utilizadas na formação de uma medida do quanto pode ser distribuído / devolvido pelo Estado aos cidadãos sem comprometer a capacidade de investimentos em infraestrutura.

Os resultados obtidos sugerem, no geral, que há evidências significativas de que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) afetou de maneira positiva o Fluxo de Caixa Disponível para a Sociedade, ou seja, proporcionou ao Estado um maior potencial de distribuição de renda sem o comprometimento da capacidade de realizar os investimentos em infraestrutura, evidenciando um ajuste do gasto público.

Assim, a discussão dos resultados deste trabalho pode contribuir para a avaliação dos impactos da distribuição de renda na riqueza da sociedade, sob a perspectiva da contabilidade. Além disso, é intenção refletir para a futura formação de uma medida que possibilite aos gestores públicos evidenciar o quanto pode ser distribuído (capital), pelo Estado, à sociedade para fins de combate à desigualdade social, sem afetar a capacidade do

Estado em realizar investimentos em infraestrutura, tanto fundamentais ao crescimento econômico, quanto à riqueza (sustentável) da sociedade.

Espera-se, também, que o estudo contribua para a melhoria do planejamento das estratégias de distribuição de renda sustentáveis (ao longo prazo) e, assim, subsidiar o Estado no desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento e, fundamentalmente, para o bem-estar social da sociedade. Nesse sentido, o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) poderia ser utilizado como *proxy* para riqueza dos cidadãos. Assim, os gestores das entidades públicas poderiam aprimorar o processo de prestação de contas (*accountability*) utilizando o FCLS como um direcionador de valor para a Sociedade. Diante dos recursos disponíveis e da prestação de serviço realizada, poder-se-ia comparar o desempenho operacional de produção quanto à “transformação” de seus insumos em produtos/serviços, em especial a gestão dos gastos públicos.

Contudo, mesmo com estas limitações, as considerações obtidas no estudo não são invalidadas, sendo possível compreender a importância das informações de contabilidade governamental no processo de avaliação das políticas públicas empregadas.

Referências

AGHION, P.; BOLTON, P. *Distribution and Growth in Models of Imperfect Capital Markets. European Economic Review*, v.36, n. 4, p. 603-611, 1992.

ALESINA A; RODRIK, D. *Distributive politics and economic growth. The Quarterly Journal of Economics*, v. 109, n. 2, p. 465-490, 1994.

ANAND, S; KANBUR, S. *Inequality and development: a critique. Journal of Development Economics*, v. 41, n. 1, p. 19-43, 1993.

ASCAHUER, D. *Is public expenditure productive? Journal of Monetary Economics*, v. 23, n. 1, p. 177-200, 1989.

AYERS, B. C.; LEFANOWICZ, C. E.; ROBINSON, J. R. *The Effect of Shareholder-Level Capital Gains Taxes on Acquisition Structure. The Accounting Review*, v. 79, n. 4, p. 859-87, 2004.

BACHA, E. & UNGER, R.M. **Um projeto de democracia para o Brasil, participação, salário e voto.** Paz e Terra, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

BARRO, R. *A Government spending in a simple model of endogenous growth. Journal of Political Economy*, v. 98, n.4, p. 11-44, 1990.

BONELLI, R; RAMOS, L. *Income distribution in Brazil: Longer term trends and changes in inequality since the MID-1970s. Textos para Discussão – PUC/Rio*, set. 1992. 38p.

BOX, G. E; JENKINS, G. M. *Times Series Analysis Forecasting and Control. San Francisco: Holden-day, Inc.* 1970.

CASHIN, P. *Government spending taxes and economic growth. IMF Staff Papers*, v. 42, n. 2, p. 237-269, 1995.

CASTRO, Cláudio M. **A prática da pesquisa.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

- CHENG, Q. *What Determines Residual Income?* *The Accounting Review*, v. 80, n. 1, p. 85-112, 2005.
- COHEN, G. A. *If you're an egalitarian, how come you're so rich?*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- COLLINS, J. H.; KEMSLEY, D. *Capital gains and dividend taxes in firm valuation: evidence of triple taxation.* *The Accounting Review*, v. 75 n. 4, p. 405-27, 2000.
- CHOW, G. C. *Tests of equality between Sets of Coeficientes in Two linear regressions.* *Econométrica*, v. 28, n. 2, p. 591-605, 1960.
- DAMODARAN, A. **Avaliação de Investimentos**: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- DEVARAJAN, S.; SWAROOP, V.; ZOU, H. *The composition of public expenditure and economic growth.* *Journal of Monetary Economics*, v. 37, n. 2, p. 313-344, 1996.
- FERREIRA, P. C.; ELLERY Jr., G. Convergência entre a Renda Per Capita dos Estados Brasileiros. **Revista de Econometria**, v.16, n.1, p.83-103, 1996.
- FINBRA**: Finanças Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp/>, acesso em 17.mar. 2008.
- FRIEDMAN, M. *Capitalism and Freedom.* Chicago: The University of Chicago Press, 1962.
- GILBERT, N. *Welfare justice: restoring social equity.* New Haven and London: Yale University Press, 1995.
- GORDON, Myron J. *Optimal Investment and Financing Policy.* *The Journal of Finance*, v. 18, n. 2, p. 264-272, May 1963.
- GRAHAM, Benjamim et al. *Security Analysis: principles and technique.* 4 ed. New York: McGraw-Hill, 1962.
- HOFFMANN, R. Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 13, n. 4, p. 7-17, 1973.
- IPEADATA** – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 13. fev. 2008.
- KNOWLES, H. C.; PETTY, D. H. *The Dividend Investor: a Safe and Sure Way to Beat the Market with High-yield Dividend Stocks.* Chicago: Irwin, 1992.
- LEWELLEN, W.G.; STANLEY, K.; LEASE, R. C.; SCHLARBAUM, G. *Some Direct Evidence on the Dividend Clientele Phenomenon.* *The Journal of Finance*, v. 33, n. 5, p. 1385-1399, 1978.
- LITZENBERGER, R. H.; RAMASWAMY, K. *The Effect of Personal Taxes and Dividends on Capital Asset Prices.* *Journal of Financial Economics*, p. 163-195, n. 2, v. 7, Jun. 1979.

LONG JR, J.B. *The Market Valuation of Cash Dividends: A Case to Consider. Journal of Financial Economics*, v. 6, n. 2/3, p. 235-264, Jun./Sep. 1978.

MARTINS, G. A. ; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINEZ, A. L. Detectando *earnings management* no Brasil: estimando os *accruals* discricionários. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 46, n. 1, p. 07-17, 2008.

MILLER, Merton H.; SCHOLLES, Myron S. *Dividends and Taxes. Journal of Financial Economics*, v. 6, n. 4, p. 333-364, Dec. 1978.

MODIGLIANI, Franco; MILLER, Merton. *Dividend Policy, Growth and the Valuation of Shares. Journal of Business*, v. 34, n. 4, p. 411-433, Oct. 1961.

MORETTIN, P.A.; TOLOI, C. M. C. **Análise de Séries Temporais**. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.

PETTIT, R. *Taxes, Transactions Costs and the Clientele Effect of Dividends. Journal of Financial Economics*, v. 5, n. 3, p. 419-436, 1977.

SAITO, R.; TERRA, P. S.; SILVA, A. L. C.; SILVEIRA, A. D. O cinquentenário de Modigliani & Miller: reflexões sobre a teoria e a prática das finanças no Brasil (Apresentação do Fórum). **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 4, p. 64-66, 2008.

SANTOS, W. G. **A trágica condição da política social: Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SEADE: Fundação Sistema de Análise de Dados, disponível em <<http://www.seade.gov.br/>>, acesso em 25.abr. 2008.

SILVEIRA, A. M. Moeda e redistribuição de Renda. **Revista Brasileira de Economia**, v. 29, n.2, p. 77-95, 1975.

SLOMSKI, V. **Mensuração do resultado econômico em entidades públicas**: uma proposta. 1996. 82 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SUPLICY, E. M; BUARQUE, C. Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileiros. **Revista de Estudos Avançados**, v. 11, n.30, p. 79-93, 1997.

SYLVESTER, K. *Income Inequality, Education Expenditures, and Growth. Journal of Development Economics*, v. 63, n. 2, p. 379-398, 2000.

VAN PARIJS, P. **Real Freedom for All: What (if anything can) justify capitalism?** Oxford: Oxford University, 1995.

WOLF, E. N. *Human Capital Investment and Economic Growth: Exploring Cross-Country Evidence. Structural Change and Economic Dynamics*, v.11, n.4, p.433- 472, 2000.

Anexo A

Tabela 1 - O Fluxo de Caixa Livre para a Sociedade (FCLS) dos Municípios Paulistas (valores médios por região administrativa)

Regiões Administrativas do Estado de São Paulo	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Araçatuba	(1.002.395)	(351.380)	(236.550)	(174.784)	(117.266)	(490.784)	267.983	1.026.751	536.567	605.623	547.090
Barretos	(758.543)	(575.431)	(356.146)	(119.554)	969.935	(282.843)	811.853	1.906.548	1.371.960	1.469.803	1.248.257
Bauru	(1.212.352)	(1.119.412)	(657.483)	(235.556)	1.026.829	(155.239)	909.533	1.974.304	2.495.774	1.933.073	1.641.698
Campinas	(3.854.429)	(2.030.974)	(605.554)	1.563.123	1.682.112	(4.514.134)	184.592	4.883.318	4.914.036	3.586.846	3.046.194
Central	(577.973)	(832.120)	(742.518)	(130.584)	762.030	205.038	923.638	1.642.237	156.390	978.200	830.754
Franca	(1.764.574)	(1.111.076)	285.902	238.905	688.379	(2.271.941)	(494.575)	1.282.790	1.887.547	961.490	816.563
Marília	(579.336)	(237.794)	(339.098)	31.865	455.224	(280.659)	575.888	1.432.435	1.119.537	1.123.944	954.530
Presidente Prudente	(917.029)	(965.431)	(452.440)	167.282	223.921	(593.324)	74.661	742.645	156.992	350.098	297.327
Registro	(776.392)	(565.449)	(561.158)	(473.632)	19.369	310.458	454.841	599.225	(245.873)	290.411	246.637
Ribeirão Preto	(3.196.071)	(2.123.704)	(4.143.293)	(1.124.475)	256.056	1.334.096	1.454.841	1.575.587	1.885.078	1.766.305	1.500.067
Santos	(7.028.673)	(2.189.143)	9.917.344	4.308.066	1.139.245	(21.254.083)	(9.450.185)	2.353.713	7.652.124	7.460.821	8.188.251
São José do Rio Preto	(673.733)	(453.478)	(476.728)	(30.268)	311.164	(166.000)	441.602	1.049.204	653.154	770.396	654.273
São José dos Campos	(452.170)	(344.836)	(421.690)	245.426	1.706.454	(260.710)	2.934.186	6.129.082	4.467.456	4.862.040	4.129.176
Sorocaba	(1.396.790)	(1.126.243)	(692.357)	54.370	598.646	(623.393)	639.645	1.902.684	2.110.432	1.671.892	1.419.885
Região Metropolitana de SP	(91.585.792)	(24.121.087)	26.266.996	11.505.141	(3.098.334)	(129.222.607)	(53.951.623)	21.319.361	21.313.229	23.355.360	21.307.901

Fonte: dados da pesquisa